

É possível combinar democracia e socialismo?*

Tarso Genro**

** Ministro das Relações Institucionais e ex-Ministro da Educação do Governo Lula, por duas vezes prefeito de Porto Alegre-RS.

I

Esta pergunta não interessa somente aos socialistas-marxistas e sociais-democratas. Interessa a todos aqueles que aceitem o socialismo como generalidade abstrata, como ‘movimento’ que busca ‘justiça social’, implementando novas condições de funcionamento da sociedade e do Estado, que transitem de mais desigualdade para mais igualdade, de mais coerção para mais autonomia e equilíbrio social. Para quem conceber que o socialismo será ‘instaurado’ por um poder revolucionário que ‘destrói o Estado’, que passe a partir da destruição a construir novas relações sociais e econômicas, as questões abordadas pelo presente texto não têm importância.

Quem entende que é possível, mesmo sem a extinção da alienação e sem a ocupação total dos poderes do Estado, iniciar a construção, dentro da democracia, de uma ‘sociedade conscientemente orientada’, pode encontrar nas idéias que apresento um estímulo para o debate da utopia democrática e socialista, que não supõe a recíproca necessidade de anulação entre reforma e revolução. Entendo que a ‘consciência da orientação’, no atual processo de fragmentação social e poder exacerbado do capital financeiro sobre a vida pública, é a *consciência possível* - da maioria dos indivíduos que compõem

* Recebido em 22/04/2006.

a coletividade e não das ‘massas’ abstratas - que pode colocar diversos setores da sociedade no mesmo barco da revolução democrática¹.

Uma ‘sociedade conscientemente orientada’ é uma sociedade que só poderá ser construída com altos níveis educacionais, culturais, inclusão social massiva, baseada numa correta distribuição da renda e que institui - a partir da sociedade civil - diversos níveis e mecanismos de controle sobre o Estado e sobre os agentes públicos. Uma ‘sociedade conscientemente orientada’ é o objetivo da revolução democrática. Ela alarga as possibilidades de escolhas democráticas perante o futuro indeterminado e abre espaços nos quais os socialistas lutam por seus ideais de emancipação e igualdade social.

Quem defende a posição de ‘instauração’ do socialismo, certamente lida com um sistema categorial que está referido especialmente a como destruir o Estado e a como reconstruí-lo, a partir daí ‘construindo o socialismo’. Ao não concordar com esta visão, por considerá-la não só impossibilitada pelas mudanças históricas recentes, mas também porque não acredito no seu *resultado* - pelas várias amostras históricas que tivemos - é que abordo o “socialismo” como *movimento estrategicamente concebido como componente da revolução democrática*, a partir da construção de uma ‘sociedade conscientemente orientada’.

Esta, aliás, não é uma questão nova nem sua resposta é de fácil solução. Se ‘democracia’ for tomada no sentido concreto que lhe é dado pelo presente texto, através da leitura –por exemplo- do livro de István Mészáros, *Além do Capital*², chegar-se-á à demolidora conclusão que a resposta é um rotundo ‘não’. Segundo Mészáros -provavelmente um dos mais preparados teóricos e críticos do

¹ STEIN, Ernildo. “Sobre alternativas filosóficas para a consciência de si”. In: *Dialética e Liberdade*. Ernildo Stein e Luís A. de Boni (org.). Petrópolis, R.J.: Ed. Vozes, 1993, p. 89: “É com a modernidade que se introduz o hábito de descartar conceitos. Mas é também nesta época que se criaram na filosofia certos conceitos que constituem elementos centrais na discussão filosófica até hoje. Entre estes conceitos figura o da consciência de si como um dos mais importantes e um dos mais centrais para a construção dos sistemas dos tempos modernos, sobretudo na tentativa para resolver o problema do conhecimento”.

² MÉSZÁROS, István. *Além do capital* (*Beyond capital*. Merlin Press. London, 1995, no Brasil, Boitempo Editorial / Editora Unicamp, São Paulo, 2002). LESSA, Sergio. “Resenhas – István Mészáros”. In: *Crítica Marxista*, p. 139-148.

capitalismo e da globalização- o capital é incontrolável pelos meios e formas que o socialismo e a social-democracia experimentaram até o presente.

Para o autor, todo o complexo social no qual o capitalismo está envolvido reproduzirá, sempre, as condições necessárias para a sua perpetuação como fonte radical de poder. Por este motivo irremovível qualquer estratégia ‘gradualista’, que não interrompa a articulação ‘sociometabólica’ do domínio do capital -mesmo que seja no bojo de uma revolução- é suicida: o capital ‘não pode compartilhar o poder’.

As decorrências das posições defendidas por Mészáros, no que se refere a um projeto político, provavelmente não são menos ‘utópicas’³ do que as que defenderemos neste texto. Mas são, dada a realidade histórica que vivemos, provavelmente muito mais difíceis e longínquas, para serem implementadas. Nosso esforço, aqui, é para colaborar com a retomada da discussão socialista sem o apego, necessariamente, aos cânones do marxismo ‘dominante’ ou ‘vencedor’, a saber, aquele inscrito na tradição da II^a e da III^a. Internacional e também sem vínculos com a idéia de um ‘socialismo’ que já é transição para uma sociedade sem classes. O texto não renega esta possibilidade. Simplesmente não a coloca num horizonte sequer presumido.

³ Um interessante discurso sobre ‘utopia’ e possibilidades históricas está em Alec Nove, *A economia do socialismo possível – lançado o desafio: socialismo com mercado*, Editora Ática, São Paulo, 1989. Eis uma parte interessante do debate proposto por ele: “*Vou exemplificar. Uma sociedade sem crime é um objetivo nobre, e devemos, de fato, lutar para eliminá-lo; os dados sobre assassinatos, estupros e assaltos devem ser vistos como fracassos deploráveis a serem comparados com o ideal - inatingível, mas ainda assim, a meta. Enquanto existirem crimes, ninguém pode dizer que não precisamos da polícia, de tranças etc. Entretanto, a noção de sociedade sem conflito, em que (para citar Agnes Heller mais uma vez) ‘todo indivíduo luta pela mesma coisa (...), todo indivíduo expressa as necessidades de todos os outros indivíduos, e a situação não pode ser diferente’, é impossível (e mesmo indesejável) do meu ponto de vista; qualquer pessoa que pense assim acerca do socialismo por certo vai se equivocar, e perigosamente. Acreditar que é possível erradicar crime pode levar a ações destinadas à sua erradicação, e tais ações, embora não obtenham sucesso total, podem chegar a efeitos positivos. A crença de que haverá unanimidade no socialismo não é apenas falsa; a única ação que ela pode originar é a erradicação da discórdia, a imposição da ‘unanimidade’. Da mesma forma, a visão utópica de que não haverá abuso de poder, ou de que, na realidade, não haverá poder (nada de Estado, nenhuma necessidade de órgãos que mediem os indivíduos, os grupos e a sociedade, nenhuma função, para especialistas em administração de qualquer tipo), impede que se levem em consideração os meios necessários para evitar o abuso de poder (necessário) ou os acordos institucionais que poderiam ampliar a área de participação efetiva das massas nas decisões.*” (Pp. 364-365)

Desejamos vincular nesta discussão, portanto, ‘democracia’ com um socialismo não originário exclusivamente da teoria marxista-leninista ‘clássica’ nem com o socialismo da sua vertente economicista típica. Trato, aqui, o socialismo mais como um ‘movimento’ por ‘dentro’ e por ‘fora’ do Estado - de sucessivas transformações que obstruam a reprodução das desigualdades e ampliem as condições de igualdade - e menos a partir da pré-visão de um modo de produção desde logo determinado. E o faço, também, a partir do reconhecimento de que o imprescindível é a construção, na modernidade, de uma *consciência emancipatória nova*, de grupos de interesse, classes não-dominantes, indivíduos conscientemente organizados, para os quais a melhor saída para uma existência digna e plena de sentido é dar efetividade aos direitos da constituição moderna.

Penso que é possível construir esta consciência a partir de uma luta política, cultural e institucional, que possa ter efeitos cumulativos e assim promover (no interior de um regime democrático aberto à sua própria radicalização) uma reforma democrática do Estado. Promover a construção de uma nova esfera pública democrática e novas relações entre Estado x Sociedade: na verdade, um *novo contrato social*. Através deste, a pretensão é que o poder político se desloque, progressivamente, da força econômica das classes dominantes para as classes não-dominantes, dos proprietários privados do capital financeiro para os setores produtivos públicos e privados e para os ‘não-proprietários’ dos meios de produção, cujas ações sobre o Estado reformado se processe através dos partidos, sindicatos, instituições não-governamentais e organizações de representação da sociedade civil.

Por isso sustento que é preciso promover e aceitar a luta cotidiana para aperfeiçoar e radicalizar a democracia realmente existente, sem a preocupação exagerada de termos imediatamente um projeto estratégico fechado. É uma luta ‘conscientemente orientada’ para a construção de uma nova hegemonia, experimentada e legitimada no ritual democrático republicano, de molde que as idéias emancipatórias sejam, como queria Antonio Gramsci, *dominantes antes*, e não construídas (artificialmente) *depois*, pela via autoritária ou ditatorial.

Tratar, portanto, a questão do socialismo como questão integrada na revolução democrática, cuja centralidade é a obstrução da barbárie e do ‘apartheid’ social, é a efetividade dos direitos sociais da modernidade, é a democratização da formação da opinião e a construção institucional do controle público do Estado, do poder local até o centro político do governo⁴.

II

Alguns fatos de alcance histórico-universal, nos últimos cinquenta anos, devem ser acolhidos pela teoria para testar validades, avaliar previsões e medir distâncias entre os projetos emancipatórios do século XX e os seus resultados. Os resultados conseguidos pelas lutas em direção às utopias ‘positivas’* -aquelas que se baseiam na busca da igualdade social e da solidariedade humana- devem ser ‘localizados’ no tempo e no espaço, para que os debates sobre o futuro aproveitem o passado, mas não sejam apenas a reposição de discussões que não tem mais conexões com a realidade.

Por exemplo: não é necessário reavivar, hoje -nos mesmos termos- um debate como o proposto por Lênin no seu “*A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*”. De uma parte, porque muitas das previsões de Kautsky⁵, que foram ‘aniquiladas’ por Lênin, mostraram-se

⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. “Introdução: para ampliar o cânone democrático”. In: *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Boaventura de Sousa Santos (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 76: “A segunda forma de combinação, a que chamamos complementaridade, implica uma articulação mais profunda entre democracia representativa e democracia participativa. Pressupõe o reconhecimento pelo governo de que o procedimento participativo, as formas públicas de monitoramento dos governos e os processos de deliberação tais como concebidos no modelo hegemônico de democracia. Ao contrário do que pretende este modelo, o objetivo é associar ao processo de fortalecimento da democracia local formas de renovação cultural ligadas a uma nova institucionalidade política que recoloca na pauta democrática as questões da pluralidade cultural e da necessidade da inclusão social”.

* O termo ‘utopia’ utilizado neste texto está conceitualmente ligado à exploração teórica que fez, dele, o marxista perseguido e depois exilado da RDA, Ernst Bloch. Bloch é autor, entre outros livros, de *Direito Natural e Igualdade Humana e Sujeito-Objeto*.

⁵ GETZLER, Israel. “Outubro de 1917: o debate marxista sobre a revolução na Rússia”. In: *História do Marxismo*. Eric J. Hobsbawm (org.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 58-59: “Como o socialismo não consiste simplesmente na destruição do capitalismo e em sua substituição por uma organização estatal-burocrática da produção, a ditadura bolchevique estava destinada a fracassar e a terminar ‘necessariamente no domínio de um Cromwell ou de um Napoleão’” (A previsão feita por Kautsky realiza-se plenamente na figura de Stálin).

válidas e, de outra, porque o bolchevismo (como forma de organização política) a não ser por pequenos grupos, já é compreendido como um fenômeno tipicamente russo, carente de universalidade. Finalmente, porque não está colocada, hoje, como contradição principal da política socialista, o ‘caminho da reforma’ ou o da ‘revolução’, tomada esta como ruptura abrupta e violenta do poder.

Esta ‘via’ - a da revolução principalmente como violência - está historicamente interrompida, face os efeitos políticos e econômicos desastrosos do socialismo real. Escrevi em outra oportunidade e mantenho a posição: ... “a opção, seja pela ‘reforma’ ou pela ‘revolução’, vai se deparar com uma questão preliminar intransponível, que obriga a unificação de ambas as opções (talvez para dividi-las num outro momento): a necessidade da defesa da socialização do trabalho como alicerce para a ‘inclusão’, numa sociedade ‘conscientemente orientada’ (...) Uma sociedade ‘conscientemente orientada’ (que) só pode ser uma sociedade radicalmente democrática, com um Estado sob seu controle e independentemente da regulação do capital financeiro (...); *a porta de entrada da democracia renovada, não-manipulatória, passa a ser a igualdade, que hoje tem o nome insuperável de inclusão. É o encontro vital de um projeto socialista com uma estratégia democrática.*”⁶

Parece certo que a recomposição inovadora do projeto socialista deve ser feita, então, com novas categorias, que abranjam uma nova compreensão teórica das lutas com *sentido* socialista. São lutas dotadas de um programa de direitos através dos quais se reconheça que ‘reforma’ e ‘revolução’ se convertem, incessantemente, uma na outra. Inclusive como possibilidade negativa e conservadora, esta através da retomada da ‘revolução’ neoliberal.

Esta recomposição do movimento e do projeto socialista deve ser pensada por vários partidos socialistas e grupos de opinião, marxistas ou não, neomarxistas, republicanos democráticos, para que não se corra o risco - no interior do próprio movimento - de restau-

⁶ GENRO, Tarso. “Democracia e modernidade imperfeita”. In: *O futuro por armar*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 160.

ração do ranço dogmático do positivismo–naturalista⁷, em que o stalinismo transformou o marxismo, inclusive vinculando-o ao autoritarismo e a ditadura: “Uma política totalitária tende precisamente: 1) a fazer com que os membros de um determinado partido encontrem neste único partido todas as satisfações que antes encontravam numa multiplicidade de organizações, isto é, a romper todos os fios que ligam estes membros a organismos culturais estranhos; 2) a destruir todas as outras organizações ou a incorporá-las num sistema cujo único regulador seja o partido. Isto ocorre: 1) quando um determinado partido é portador de uma nova cultura e se verifica uma fase progressista; 2) quando um determinado partido quer impedir que uma outra força, portadora de uma nova cultura, torne-se ‘totalitária’; verifica-se então uma fase objetivamente regressiva e reacionária, mesmo que a reação não se confesse como tal (como sempre sucede) e procure aparecer como portadora de uma nova cultura”⁸. O curso de um processo de acumulação, que se faz cada vez mais irracional e violento, vem dissolvendo as conquistas republicanas, o que nos obriga a pensar -por estes e outros motivos- que a natureza de um partido socialista e a estratégia socialista, devem buscar novos rumos e novas interações políticas muito além da sua relação imediatamente classista-proletária⁹. Quando nos países culturalmente e economicamente mais avançados a democracia retroage

⁷ GENRO, Adelmo. “Introdução à crítica do dogmatismo”. In: *Teoria & Política*, ano 1, nº 1. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980, p. 90: “A práxis perdeu seu fundamento humano para dissolver-se nas forças naturais. A História Humana passa a ser um momento totalmente subordinado à História Natural. Por isso, a questão da liberdade para o dogmatismo naturalista fica reduzida à ‘consciência da necessidade’, entendida geralmente como uma escolha aparente no interior da necessidade objetiva. Assim, o próprio conceito de liberdade perde sua dimensão real, sua legalidade concreta, na medida em que serve para negar a subjetividade, ao implicar em alternativas apenas virtuais. Entretanto, a liberdade humana não é a escolha aparente no interior da necessidade objetiva, mas a escolha real no interior de uma necessidade cujo caráter objetivo é tão somente sua totalidade aparente. Noutras palavras, trata-se de uma escolha que não é arbitrária, como julga o idealismo, e que não é absolutamente determinada, como pensa o velho materialismo. A liberdade indica a opção real dos homens no interior de uma necessidade concreta, que, sendo ‘para o homem’ - vale dizer, para um ser que é sujeito -, é também necessidade subjetiva”.

⁸ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 3, p. 254.

⁹ GARCIA, Marco Aurélio. “Pensar a terceira geração da esquerda”. In: *História e Perspectivas da esquerda*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, ARGOS, Alexandre Fortes (org.), 2005, p. 64: “Temos classes médias importantes que se desenvolveram e tivemos, em função sobretudo das duas últimas décadas, mas também de problemas estruturais anteriores, um processo de marginalização enorme da sociedade brasileira, quer dizer, a criação dessas dezenas de milhões

e a força do capital financeiro precisa ‘flexibilizar’ as principais conquistas do ‘Estado de bem estar’ e o faz, ordinariamente, por maioria e usando os métodos democráticos tradicionais, o problema das formas de convívio político e dominação - a coerência interna do regime - torna-se uma questão política crucial.

Não é despropositada a referência à questão do partido e aos partidos. Uma das questões importantes da tradição socialista, originária do marxismo-leninismo, é a ‘teoria do partido’. Esta teoria parte do pressuposto que a organização política da classe operária precisa de uma ‘vanguarda de classe’, ‘dentro’ e ‘fora’ do Estado, para construir o socialismo.

Esta visão fundou-se na constatação de que o próprio desenvolvimento capitalista induziria o proletariado a estar à frente de uma ‘revolução socialista’, desde que o Partido lhe adjudicasse ‘de fora para dentro’ a teoria científica da revolução. Mesmo considerando que isso fosse correto à época, o que dizer, agora, quando a questão do socialismo *sequer se apresenta como questão política concreta* e a *questão democrática* e os ‘direitos’ que dela decorrem é que se tornaram a centralidade em toda a política da esquerda mundial? Não seria mais adequado hoje perguntar, por exemplo, ‘vanguarda’ de quê e para quê ela se destina?¹⁰

de pessoas que vivem um pouco à margem da produção, do consumo, e que são justamente alguns dos setores que hoje em dia estão focalizando demandas sociais extremamente importantes. Como isso se articula com as demandas do proletariado? Como isso pode configurar efetivamente um novo bloco e qual é o impacto dessa heterogeneidade social muito grande num projeto que era considerado univocamente ligado a uma classe com alguma unicidade, que era o proletariado industrial? Um outro elemento é justamente como incidem sobre os destinos do socialismo europeu os chamados novos temas, as questões de gênero, as questões ambientais, as questões culturais. Assim, a aparição desses temas foi de uma certa forma estimulada num momento em que houve uma forte crítica no interior do marxismo a uma vertente que procurava deduzir a política exclusivamente das contradições de ordem econômica. Quer dizer, a descoberta de novos conflitos, de novas contradições no interior das sociedades capitalistas, e inclusive no interior das sociedades que naquele momento se apresentavam como sociedades socialistas, como os conflitos de gênero, como os conflitos ambientais, como os conflitos no âmbito da cultura, para citar três rubricas apenas, teve uma importância muito grande para que o socialismo fosse entendido como um fenômeno mais complexo.”

¹⁰ Um dos elementos do leninismo que compõem a sua visão de ‘vanguarda’, que diz respeito a qualquer organização política que tenha vocação programática (seja de que classe for) é o reconhecimento da necessidade de construção de uma ‘memória coletiva’ de classe ou das classes, a

Também, por isso, inicio o texto com duas conceituações ‘abertas’, não-dogmáticas e sem qualquer pretensão de esgotamento teórico sobre ‘democracia’ e ‘socialismo’. Através delas, ligadas às reflexões que seguem, penso participar do esforço para a emergência de uma outra visão crítica do partido e da questão do Estado, nos quais repousam econômica, jurídica e politicamente, os principais problemas da democracia e do socialismo.

III

Quando me referir, aqui, a ‘democracia’, portanto, faço-o retirando do seu conceito qualquer inflexão mais especulativa ou teórico-acadêmica e reporto-me ao seguinte: democracia como regime político que é guiado por uma Constituição, que dê sustentabilidade aos direitos sociais modernos, garanta o respeito aos direitos humanos e ofereça previsibilidade para os sujeitos coletivos e individuais. Regime dotado de um tecido jurídico afirmativo das liberdades políticas, do pluralismo, da liberdade de culto e de imprensa, que permita a eleição dos governantes e parlamentares por processos livres, que contemplem a rotatividade no poder. Regime que se realize através de um Estado dotado de instituições controláveis e reciprocamente controladas, cujo sistema de justiça e de exercício da repressão esteja sempre abrigado na Constituição de-

ser acumulada e preservada, o que um aparato inorgânico não tem condições de fazer. Isso serve, repito, para quaisquer aparatos políticos que busquem o governo ou o poder, de qualquer classe social, especialmente para os partidos ‘dos de baixo’ que queiram mudar a ordem e que, como decorrência da sua condição, não têm aparatos educativos e culturais capazes de suprir as suas carências de conhecimento e informação. Ver SADER, Emir, “*A teoria leninista da organização*”. In: *Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 4. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 25: “Uma das teses centrais da teoria leninista de organização que mantém sua atualidade é a de que a classe trabalhadora não pode adquirir uma consciência global da realidade capitalista, senão por uma prática social globalizante, isto é, por uma prática política. Essa prática só pode ser desenvolvida por um setor da classe trabalhadora capaz de desenvolver uma prática política permanente, mesmo nos períodos de refluxo de massa, mesmo nas fases de ofensiva política e ideológica burguesa. Esse é o fundamento estrutural da necessidade de um partido de vanguarda. Esse partido funciona como memória coletiva da classe trabalhadora, impedindo que os conhecimentos e experiências acumulados se percam nas inevitáveis fases de refluxo dessas lutas, que asseguram a continuidade da acumulação de consciência nas condições de descontinuidade da atividade política das massas.”

mocrática. As formas que as suas instituições adquirem na república democrática são historicamente determinadas, segundo o contrato político instituído no processo constituinte.

Quando me referir, aqui, a ‘socialismo’, quero reportar-me a um certo tipo de organização da sociedade, cujos mecanismos de funcionamento da economia, do seu sistema financeiro, da organização dos seus processos de trabalho e do lazer, das suas instituições de enlace entre os diversos fatores da produção, tenham como finalidade eliminar a carência, reduzir crescentemente as desigualdades sociais, culturais e entre regiões. Uma sociedade, de tal modo organizada, que expanda as possibilidades de os indivíduos decidirem sobre a sua própria vida privada, sobre as formas e os meios através dos quais eles vão cumprir as suas obrigações coletivas para colaborar para uma boa vida da coletividade, medida “pela qualidade de vida dos seus membros mais fracos”¹¹. As estruturas econômicas deste modelo, a tipologia das suas empresas, as relações entre as unidades privadas, públicas estatais ‘puras’ e cooperadas¹² de produção, evidentemente devem ser pensadas a médio e longo prazo.

¹¹ BAUMAN, Zygmunt. “A sociedade líquida”. Entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 19/10/2003, pp. 6-7: “Nunca abandonei Marx, apesar de minha intoxicação pelo ‘marxismo realmente existente’ ter sido, felizmente, breve; de fato, terminou cedo, no momento em que o vi como era: um imenso obstáculo para a recepção e manutenção da mensagem ética de Marx - de que a qualidade de uma sociedade deve ser testada pelo critério da justiça e ‘fair play’ que regulamenta a coletividade humana. Eu espero ter o direito de dizer que nunca abandonei essa crença. O mesmo se aplica ao meu socialismo, que, em meu entender, se resume à convicção de que, assim como o poder de carga de uma ponte se mede não pela força média de todos os pilares, mas pela força de seu pilar mais fraco, a qualidade de uma sociedade também não se mede pelo PIB (Produto Interno Bruto), pela renda média de sua população, mas pela qualidade de vida de seus membros mais fracos. O socialismo para mim não é o nome de um tipo particular de sociedade. É, sim, exatamente como o postulado de Marx de justiça social, uma dor aguda e constante de consciência que nos impulsiona a corrigir ou remover variedades sucessivas de injustiça. Não acredito mais na possibilidade (e até no desejo) de uma ‘sociedade perfeita’, mas acredito numa ‘boa sociedade’, definida como a sociedade que se recrimina sem cessar por não ser suficientemente boa e não estar fazendo o suficiente para se tornar melhor...” (O livro *Amor líquido* foi publicado no Brasil por Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2004.)

¹² HADDAD, Fernando. *Em defesa do socialismo*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1998, pp. 46-47: “Há muitos casos recentes de cooperativização a serem estudados, uns bem-sucedidos, outros não. Quem quer que denuncie o caráter retrógrado de um tal empreendimento simplesmente não sabe o que se passa no mundo. Em vários países desenvolvidos há exemplos de trabalhadores que assumiram o controle acionário de pequenas, médias e grandes empresas. Há também exemplos de grandes empresas que foram originalmente organizadas sob o regime de cooperativa, por vezes financiadas por bancos populares instituídos com o fim específico de estimular tais iniciativas”.

(Quanto à tipologia das empresas numa nova visão socialista, já não seria demais configurar, técnica e politicamente, *fundamentos* de uma nova ‘teoria da empresa’ - a partir da importância que elas tem no avanço da produção e da socialidade humana no desenvolvimento da modernidade - pensando em instituições produtivas e de serviços, tais como ‘empresas públicas não-estatais’, ‘empresas estatais sob o controle do usuário’, ‘empresas privadas de interesse público estratégico’, ‘instituições privadas de serviços para recuperação do capital natural’, com regimes fiscais e trabalhistas próprios, além de ‘instituições públicas não estatais para o cumprimento de funções de interesse do Estado’, além daquelas já existentes e das instituições cooperadas, estas muito importantes em países altamente desenvolvidos como a Espanha e a Itália.)

A experiência socialista do século passado -da Comuna de Paris à Constituição de Weimar, passando pela Revolução Russa- pode ser vista como um marco de referência. Com seus diferenciais políticos e diferentes graus de radicalidade, mas com idêntica teleologia, este período deixou diversas pistas, *positivas* e *negativas*, para pensarmos um projeto socialista democrático.

Uma das pistas *positivas* foi a elaboração de políticas estatais, na área da infraestrutura, da saúde e da educação, estas últimas que interessam sobretudo às crianças, aos idosos e aos setores mais excluídos da sociedade, serviços que no socialismo democrático devem ser públicos e de alta qualidade e que devem ter uma presença privada, apenas para preencher opções religiosas ou de identidade cultural e não por uma ‘procura’ determinada pela ausência de oferta de vagas públicas ou face à precariedade do ensino público. Uma das pistas *negativas* foi a irrelevância que aquelas revoluções ou reformas outorgaram à elaboração de uma teoria do Direito e do Estado que, partindo do iluminismo, permitisse a geração de instituições mais democráticas. Refiro-me a instituições mais eficazes e mais harmônicas do que aquelas promovidas pelas democracias capitalistas modernas. A experiência mostrou que a sua ausência facilitou a que o socialismo se convertesse num projeto ‘antisistêmico’ ou ‘anticapitalista’, mas “que fracassou na tentativa de atingir e ultrapassar o padrão de vida oferecido pelas economias

centrais”¹³, inclusive no que refere à garantia das liberdades políticas para os próprios trabalhadores.

A ‘superação’ das instituições originárias da experiência democrática moderna e sua reconstrução, num plano qualitativamente superior, não será feita sem o seu ‘uso’ radicalizado, levando às últimas conseqüências o que elas significaram de *conquistas*, principalmente para o cidadão comum. O ‘fim social da propriedade’, o cuidado que uma sociedade civilizada deve ter com os seus velhos, as suas crianças e com as pessoas de capacidade diferenciada, a ‘função social’ da empresa e a combinação do crescimento econômico com a preservação do ‘capital natural’, são exemplos flagrantes desta problemática.

No que refere à questão do Direito e do Estado -no campo socialista-marxista- as tentativas de Karl Renner¹⁴, em diálogo com Kelsen, e de Pashukanis -em confronto com a visão tradicional do direito público- foram sufocadas. Renner foi carimbado pelas teorias ortodoxas do marxismo dominante como ‘revisionista’ e Pashukanis teve a infelicidade de teorizar sobre a necessidade de enfraquecer os aspectos coercitivos do Estado, na Rússia de Stálin: foi fuzilado. Não há possibilidade de uma construção democrática do socialismo, sem que as concepções sobre o Estado e o Direito Público, sobre as formas de controle social dos agentes públicos, e as concepções sobre as instituições de participação da sociedade nas grandes decisões públicas, sejam construídas ou reconstruídas, a partir da ‘apropriação’, num plano superior, do que foi elaborado pelo direito moderno.

As duas grandes manifestações particulares e concretas da idéia socialista compõem o elenco civilizatório moderno e têm muito a

¹³ HADDAD, Fernando. *Desorganizando o consenso – apresentação*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1998, pp. 10-11: “Quanto à via soviética, inaugurada pelos bolcheviques como um projeto de emancipação humana, converteu-se rapidamente, sob o comando de Stalin, num projeto de ‘emancipação nacional’, anti-sistêmico, ou anticapitalista, se quiserem, mas um projeto nacional, que fracassou na tentativa de atingir e ultrapassar o padrão de vida oferecido pelas economias centrais”.

¹⁴ HERRERA, Carlos Miguel. “L’Etat, le droit, le compromis – Remarques sur les conceptions politico-juridiques de la social-démocratie à Weimar”. In: *L’arbre social-démocrate*. Paris: Presses Universitaires de France, Actuel Marx. Nº 23 – Premier semestre 1998. pp. 59-75. Este valioso artigo oferece um bom roteiro para o estudo aprofundado do diálogo marxista sobre o Direito Público e o Estado, que foi sufocado pelas simplificações do ‘marxismo soviético’.

colher da experiência democrática moderna. Refiro-me tanto à tradição presente no reformismo social-democrata, como aquela dos modelos inspirados, direta ou indiretamente, no marxismo-leninismo e no stalinismo.

Para estas últimas, o proletariado é o sujeito necessário da instauração do socialismo no bojo de uma revolução que destrói o Estado para refazê-lo com outra ordem. Trata-se de iniciar a construção de uma sociedade ‘inteiramente outra’ e que desemboque, idealmente, na supressão de toda a coerção estatal e das diferenças sociais. Para o reformismo social-democrata -de outra parte- o proletariado é o sujeito ativo de um processo conciliatório, que promove um contrato social, cuja vigência foi possível nas condições específicas da segunda revolução industrial. Através deste contrato as organizações proletárias negociaram uma poderosa influência sobre o Estado, visando ao uso acordado dos fundos públicos, sem a destruição do Estado de Direito¹⁵. Tal acordo leva aos limites a capacidade do Estado de “assumir (uma) visão de longo prazo”¹⁶, dentro da sociedade capitalista.

IV

Nenhum projeto socialista, obviamente, poderá ser construído sem respeitar os interesses imediatos do proletariado e dos trabalhado-

¹⁵ A visão ‘evolucionista’ da II Internacional não colide, necessariamente, com a totalidade da visão de Marx, mas colide, frontalmente, com o leninismo como estratégia de poder, particularmente a partir da concepção de Estado, em Lênin, sintetizado no *Estado e Revolução*: “Não há na obra madura de Marx e Engels, ao contrário do que afirma Lênin, nenhuma afirmação de que tais aparelhos consensuais devam ser quebrados ou destruídos. O que nela se pode constatar é a idéia de que tais aparelhos podem mudar de função (como é o caso das assembleias eleitas por sufrágio universal) ou adquirir novas determinações (função de poder executivo e poder legislativo), como podemos ver nos comentários de Marx à forma estatal assumida pela Comuna de Paris, que ele considerava ‘a forma política a final descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho’”. (COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política – a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1996, 2ª edição, p. 35).

¹⁶ ELSTER, Jon. *Marx hoje*. São Paulo: Paz e Terra, p. 163: “Marx afirmava que o Estado tinha que assumir a visão de longo prazo. A longo prazo, a viabilidade e, portanto, a legitimidade do capitalismo dependem do estímulo à competição. De modo semelhante, ele afirmava que a Lei das Dez Horas de 1848 tinha sido introduzida para proteger os capitalistas contra sua ambição de curto prazo. Pela superexploração dos trabalhadores, para o propósito de lucros de curto prazo, eles ameaçariam a reprodução física e a sobrevivência da classe que constituía a própria condição do lucro”.

res. Sem ‘acordar’ pois, com estes grupos e classes os seus interesses, necessidades atuais e futuras. Inclusive como classes e grupos sociais diferenciados, que eventualmente pretendam (mesmo dentro do capitalismo) ‘negar’ a sua situação de trabalhadores subordinados, para melhorarem as suas condições econômicas e culturais, para liberarem-se da dependência em relação ao Estado ou aos seus patrões privados, seja através de iniciativas cooperadas, seja através de empreendimentos empresariais comuns.

Parto, porém, da premissa que a classe operária orgânica e tradicional, sobre a qual o marxismo-leninismo ergueu seu edifício conceitual -ao contrário do que ocorria no período da segunda revolução industrial- torna-se cada vez mais particularista. Um sujeito cada vez mais improvável de portar com principalidade, conscientemente ou não, um projeto coerente de socialismo, seja ele democrático ou autoritário. Na concepção de socialismo que trabalho no presente texto, portanto, o proletariado atual e específico não tem qualquer papel messiânico ou substancial, mas poderá ter o papel que ele mesmo se colocar, a partir da requalificação consciente do seu universo corporativo. Estas concepções só podem vir do *seu ser social atual e real*, ‘em si’, ‘dentro’ das suas lutas e conciliações, e não a partir de ‘fora’ da sua vida social e produtiva, como entendeu o leninismo.

A capacidade cada vez menos ‘universalizante’ das lutas operárias tradicionais - demandas econômicas e propostas ao Estado, de políticas “para si” - decorre, de uma parte, da redução numérica do seu contingente “clássico”, organizado na fábrica moderna. Decorre, também, da qualidade dos seus novos interesses imediatos (desde a sua adversidade em relação aos imigrantes até as lutas que travam contra a informalidade). E origina-se, principalmente, do deslocamento das funções mais importantes no processo de reprodução do capital, em direção aos trabalhadores não assalariados ou assalariados não proletários.

Refiro-me àqueles grupos organizados em estruturas autônomas, terceirizadas, ‘quarteirizadas’, ora articuladas no entorno da produção cultural, dos serviços de segurança privada, da produção e armazenamento do conhecimento, da pesquisa e implementação

de novas tecnologias, ora vinculados a empresas ‘novo tipo’, a escritórios de ‘design’, a firmas de franquias e a outros tipos de serviços realizados em pequenos coletivos ou isoladamente. E àqueles prestadores e operadores, nas atividades mais significativas em escritórios burocráticos ou unidades financeiras e da ‘sociedade informática’, em atividades com relação jurídica subordinada ou que são feitas por ‘conta própria’; seja por instituições de forma cooperada ou ordinária, assim como são feitas por aqueles trabalhadores -assalariados ou não- de altíssima capacitação científica ou técnica, das mais variadas instituições públicas e privadas, produtivas ou improdutivoas, todas totalmente alheias ao ‘mundo operário’. Mas é deste mundo complexo que pode começar, hoje, a experimentação de novos modos de produzir e ofertar serviços, que possam acumular para a interrupção progressiva do ‘sociometabolismo’ do capital, através de uma regulação que tenha por finalidade defender o ser humano concreto que subordina o mercado abstrato¹⁷.

Não parto, todavia, da visão que as classes sociais estão em extinção ou que a luta entre elas ‘cessou’. Ou mesmo que o ‘trabalho’ perdeu a sua centralidade na sociedade capitalista contemporânea. Sugiro, porém, que as classes estão em profunda mutação objetiva, com reflexos importantes nas suas formas de socialização e na sua vocação política. Trata-se, na verdade, da abertura de um *novo mun-*

¹⁷ SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 120: “Então a forma mais provável de crescimento da economia solidária será continuar integrando mercados em que compete tanto com empresas capitalistas como com outros modos de produção, do próprio país e de outros países. O consumo solidário poderá ser um fator de sustentação de algumas empresas solidárias, do mesmo modo como o são os clubes de troca. Mas a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de auto-sustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiros e científico-tecnológicos solidários”. (Paul Singer oferece importante contribuição, nos diversos trabalhos que publicou sobre o assunto, sobre novas formas de organização do mundo do trabalho no capitalismo, inclusive como proposição de uma “contratendência” ao poder social e político absoluto do capital.)

do do trabalho¹⁸, indiferente às ‘premissas indiscutíveis da tradição socialista’, cuja subjetividade é construída separadamente da cultura da luta de classes, vigente à época em que as grandes fábricas modernas sintetizavam o que havia de mais avançado na base produtiva do capitalismo. É o mundo do trabalho fragmentado pela pós-modernidade, disponibilizado para novas formas econômicas e jurídicas de exploração, insuflado pela alienação consumista, que oprime ainda de forma mais radical as vidas vazias e repetitivas de milhões, com seus sentimentos manipulados pela baixa cultura de massas, carentes de sentido e de perspectivas de futuro.

As grandes mudanças no seu ‘modo de ser’ e no seu ‘modo de vida’, com alterações importantes nas relações entre as classes, comungam com um processo radicalizado de *reificação* onde, de forma cada vez mais agressiva, “o trabalho mercantilizado gera o puro consumidor dominado, que não produz nada daquilo que ele precisa”¹⁹.

¹⁸ ELEY, Geoff. *Forjando a Democracia – a história da esquerda na Europa, 1850 – 2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 465: “Entre 1970 e 1990, dissolveram-se na Europa as bases para os movimentos socialistas do tipo clássico, o que significou não apenas o fim das antigas solidariedades de classe, mas também do capitalismo industrial subjacente a elas - concentrações de fábricas e pequenas oficinas de produção mecanizada; trabalho manual pesado nas minas e metalúrgicas; portos, ferrovias e sistemas de transporte urbano intensivos em trabalho; complexos de produção de massa enormes e ramificados, organizados nas grandes cidades, províncias carboníferas, cadeias de cidades industriais e cidades dependentes de uma única indústria. Depois de dominar a sociedade europeia entre as décadas de 1880 e 1960, esse cenário agora lentamente desaparecia. Desmontaram-se também as infraestruturas governamentais da reforma socialista, desde as soberanias do Estado parlamentar e da economia nacional até os recursos comunitários urbanos do governo local. A auto-organização coletiva, os ideais de melhoria, a vida nos clubes, uma ética de progresso coletivo e de bem comum - essas culturas de apoio do socialismo também naufragaram. As masculinidades resilientes do movimento trabalhista também se tornaram objeto de mudança, desde o patriarcado dos lares operários até as práticas discriminatórias de gênero dos sindicatos e partidos e o inveterado sexismo dessas organizações. As premissas indiscutíveis da tradição socialista, sua axiomática orientação política de classe, perderam a validade”.

¹⁹ Entrevista com André Gorz, “*Outra economia no esboço no coração do capitalismo*”. In: *Cadernos IHY Idéias*, nº 31, p. 3: “O trabalho mercantilizado gera o puro consumidor dominado que não produz nada daquilo de que ele precisa. O operário produtor é substituído pelo trabalhador consumidor. Constrangido a vender todo o seu tempo, a vender sua vida, ele enxerga o dinheiro como o que tudo deve comprar simbolicamente. A partir de 1920, nos Estados Unidos, e de 1948, na Europa ocidental, as necessidades primárias oferecem ao capitalismo um mercado demasiado estreito para absorver o volume das mercadorias que ele é capaz de produzir. A economia não pode continuar a crescer, os capitais acumulados não podem ser valorizados, e os lucros não podem ser reinvestidos, a não ser que a produção de

Aqui tem inteira propriedade a formulação genial de Marx²⁰:

“A produção não se limita a fornecer um objeto material à necessidade, fornece ainda uma necessidade ao objeto social... A necessidade que sente deste objeto é criada pela percepção dos mesmos. O objeto de arte, tal como qualquer outro produto, cria um público capaz de compreender a arte e apreciar a beleza. Portanto, a produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto... A produção engendra, portanto, o consumo... gerando no consumidor a necessidade dos produtos, que, de início, foram postos por ele como objeto. A existência de um produto não faz dele uma necessidade social, mas a generalização da sua produção torna-o uma necessidade humana historicamente determinada”.

Este é um processo universal, que atinge de forma plena toda a vida social e brutaliza a vida cotidiana do conjunto dos trabalhadores e de outros setores da sociedade, aos quais é sempre vedada e, ao mesmo tempo, estimulada a ampliação significativa do consumo. Em escala diferenciada este processo atinge grandes massas não trabalhadoras, que têm o seu poder aquisitivo limitado a apenas manter um nível medíocre de reprodução das suas condições de existência.

Nestas condições, com a crise profunda de cerne do ‘sujeito objetivo’, a questão do partido democrático do socialismo adquire importância maior. O ‘sujeito-classe’ que deu origem ao leninismo e

supérfluos ultrapasse, mais e mais nitidamente, a produção do necessário. O capitalismo necessita de consumidores cujas compras sejam motivadas, cada vez menos, pelas necessidades comuns a todos e, cada vez mais, pelos desejos individuais diferenciados. O capitalismo precisa produzir um novo tipo de consumidor, um novo tipo de indivíduo: um indivíduo que, por seus consumos, por suas compras, queira se destacar da norma comum, distinguir-se dos outros e afirmar-se ‘fora do comum’. O interesse econômico dos capitalistas coincide maravilhosamente com o seu interesse político”. Gorz, no seu livro *Metamorfosis del trabajo* (Madri: Editorial Sistema, 1997), estuda profundamente este tema.

²⁰ HADDAD, Fernando. *O sistema soviético – relato de uma polémica*. São Paulo: Scritta Editorial, 1992, p. 229. O texto famoso de Marx foi retirado deste excelente trabalho sobre a União Soviética, que aborda os debates que ali se travaram sobre o futuro do socialismo, a partir da ditadura e do autoritarismo.

ao socialismo correspondente àquela época, debilitou-se com a perda dos seus vínculos ‘necessários’ com a emancipação (se é que vínculos realmente teve). O estilhaçamento das classes - então - nos aproxima mais da barbárie do que da ‘revolução’ e a decisão dos indivíduos, grupos ou classes, para mudar o mundo, é também cada vez menos estimulada e mais manipulável pelas relações econômico-sociais. É cada vez menos impulsionada, pela base “material” da sociedade capitalista, que fragmenta ao invés de coesionar, que individualiza ou tribaliza ao invés de coletivizar²¹.

Nestas condições, a importância do sujeito-partido de ‘novo tipo’, adequado ao período histórico que vivemos - o partido da democracia contra a barbárie que só o socialismo democrático pode superar plenamente - é bem *superior* ao que ajuizava o espontaneísmo de Rosa de Luxemburgo. E é *diferente* do que teorizou o jacobinismo leninista. Este, que teve grande importância para revolucionar pela força a sociedade gelatinosa russa, no início do século passado, hoje, além de carecer de base social real com o potencial de lutas radicalizadas, comprovou-se como germe de uma máquina burocrática e totalitária²².

Uma constatação também importante, para considerarmos a ‘questão democrática’, é o fato de que, até agora (com maior proximidade daquilo que foi enunciado por Marx e Lênin) os países que fizeram ou fazem experiências socialistas (inspiradas na experiência soviética) *não são países democráticos*. Independentemente do

²¹ WALLERSTEIN, Immanuel. “Após o liberalismo – em busca da reconstrução do mundo”. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 14: “Vivemos na era do ‘grupismo’ – a formação de grupos defensivos, cada um dos quais afirma uma identidade em cujo redor constrói solidariedade e luta por sobreviver, ao lado e em oposição a outros grupos semelhantes. Esses grupos enfrentam um problema político: não podem virar mais um órgão de ajuda às pessoas (o que é ambíguo do ponto de vista político, pois preserva a ordem preenchendo as lacunas que são criadas pelo colapso do Estado) se pretendem tornar-se verdadeiros instrumentos de transformação”.

²² O início deste processo está já no começo da Revolução Russa, em 1919, com a utilização dos sindicatos como máquina burocrática da produção, deixando a massa trabalhadora sem instituições livres que pudessem demandar sobre o patrão estatal: “Em virtude das decisões do VIII Congresso, a função de direção planejada das forças de trabalho atribuída aos sindicatos é exercida na prática pelo aparelho administrativo do Estado a que os sindicatos estão integrados, mas, considerando-se o lugar que cabe formalmente às organizações sindicais, a direção assim planejada das forças de trabalho identifica-se à instauração de uma nova ‘disciplina socialista”’. BETTELHEIM, Charles. “A luta de classes na União Soviética – primeiro período (1917-1923)”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 170.

juízo, que se possa ter sobre as instituições necessárias para resistir a ‘bloqueios’ e ‘sabotagens’, internas e externas, é possível constatar ali, que a *ausência da cena pública do contraditório político e da transparência plena, gerou deformidades que repõem, sempre, a desigualdade, o poder de poucos e a utilização particularista da máquina estatal.*

Deve ser levado em consideração, por outro lado, que a curta experiência social-democrata, ao longo de quarenta anos, construiu sociedades fundadas na democracia política, socialmente muito mais avançadas - em termos de conferência e garantia de direitos sociais e políticos aos próprios trabalhadores- do que aquilo que foi conseguido nos países que Bobbio denominou ‘do comunismo histórico’. Mas, a social-democracia, como organização sócio-econômica completa só existe como experiência restrita em poucos países, embora algumas cláusulas do contrato social-democrata tenham se espalhado por várias nações do globo. Hoje, a maioria delas está em crise e em processo de ‘adaptação’ às receitas neoliberais²³, o que demonstra a baixíssima capacidade de resistência da social-democracia às exigências reacionárias do capital financeiro globalizado. É importante, finalmente, lembrar - ainda para valorizar o tema ‘democracia x socialismo’ - que já ficou demonstrado que as experiências concretas de construção do socialismo, inclusive àquelas vinculadas à idéia de um socialismo ‘moderado’ de caráter nacional, ou foram destruídas pela violência (Chile, Indonésia, Nicarágua) ou foram levadas a termo, por um certo período, por regimes ditatoriais ou autoritários (União Soviética, Coréia, China). Não men-

²³ NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. “A insurreição das periferias”. In: jornal Valor Econômico, caderno EU&, 23/12/2005, ano 6, nº 275, pp. 14-15: “A crise da sociedade salarial e a hegemonia neoliberal deixam os princípios republicanos sem efetividade na França bem como na Inglaterra dos ‘rapazes bombas’ ou nos EUA de Nova Orleans. Sem pacto social, sem políticas adequadas à realidade social da produção flexível, o discurso que continua rezando pela integração ‘republicana’ se torna uma mera retórica vazia. Da mesma maneira que os dos negros e ‘latinos’ de Los Angeles, dos ‘piqueteros’ argentinos e dos ‘favelados’ brasileiros, os motins franceses mostram a tatuagem hedionda que foi gravada ao longo das linhas cromáticas da discriminação racial e étnica. A ordem do ‘campo’ é a única resposta que o Estado sabe articular. O neoliberalismo não sabe propor nenhum modelo de integração social. A ‘república’ está nua. Sua ‘ordem’ meritocrática e racista se constitui - nas periferias francesas bem como nas favelas brasileiras - na maior ameaça contra a sociedade”. Antonio Negri e Michael Hardt, no seu extenso livro *Império* (Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record, 2001), trabalham estas e outras idéias, algumas muito discutíveis, sobre o estágio atual do desenvolvimento do capitalismo e suas conseqüências no plano global.

ciono Cuba porque a ilha é um caso específico de experiência socialista, construída sob subsídio soviético, por solidariedade marcada por interesses geopolíticos na época da Guerra Fria, que não tem mais condições de ser replicada.

V

A fragilidade atual da idéia do socialismo, como oposição à barbárie neoliberal, não vem principalmente do desaparecimento na humanidade das aspirações à igualdade e à justiça. Estas permanecem cativando enormes contingentes, seja através da mediação da religião, seja através da idéia moral que está na base das lutas coletivas por direitos sociais e econômicos: as lutas que implicam em solidariedade, compromisso, devoção e risco.

Este esvaziamento origina-se, sobretudo, da impotência histórica da idéia socialista que foi flagrada pelo fracasso das experiências já realizadas. A ausência denexo histórico daquelas propostas antigas com as condições de desenvolvimento capitalista na atualidade e, além disso, a pobreza dogmática da maior parte dos discursos que defendem o socialismo, são outros elementos ‘agregados’ a esta crise. Marx, que preferia ‘duvidar de tudo’, provavelmente hoje revisaria algumas das visões que descortinou sobre o socialismo²⁴. No que se refere à *questão democrática*, sua importância é indiscutível, em termos ideológicos e programáticos. Há uma consciência, não somente entre os socialistas, mas entre todos os que defendem uma sociedade mais justa, que hoje existe um *déficit* democrático, reconhecido em termos globais. Ele já ataca o cotidiano das pessoas e cria uma socialidade cada vez mais egocêntrica e fragmentária, que leva os cidadãos comuns ao extremo do individualismo. Ora, sem uma *cultura democrática efetiva*, gerada na vida cotidiana e sem propostas visíveis, (para que a cotidianidade daqueles cidadãos

²⁴ KEHL, Maria Rita. “Civilização partida”. In: *Civilização e Barbárie*. Adauto Novaes (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 105: “Vou qualificar então de ‘tradição da dívida’ a tradição moderna que considero civilizada: aberta para o diferente, criativa e pouco autoritária. E de ‘tradição da certeza’ a corrente moderna que busca as grandes totalizações políticas e científicas, a abolição da diversidade, a imposição autoritária de um pensamento único e conseqüentemente a intolerância com o estranho”.

seja também preenchida pela expectativa de uma vida melhor) dificilmente será renovado o sentimento utópico que é o centro de uma vida coletiva harmônica e solidária.

A questão da relação da democracia com o socialismo, portanto, torna-se mais atual e mais importante para todos os partidos sociais-democratas de esquerda e socialistas ‘não soviéticos’, por estes e vários outros motivos. Importante, *politicamente*, para as disputas em curso, porque o ideal socialista é também uma idéia reguladora do presente; e importante, *estrategicamente*, para a renovação teórica, moral e espiritual da utopia socialista (que hoje comove e atrai muito pouca gente), porque a evolução ‘espontânea’ do capitalismo em direção ao futuro pode levar à destruição da humanidade. É também reconhecida a existência de um processo de ‘financeirização da política’, que reduz o potencial decisório dos métodos democráticos, bloqueio pelo qual são paralisadas, burocraticamente, políticas públicas oriundas de decisões ‘livres’ do Estado. Normalmente são congeladas como direito ‘etéreo’, aquelas normas destinadas a pelo menos reduzir as injustiças sociais, mais, ou menos intensas, dependendo do país ao qual nos reportamos. O *déficit* de democracia, na era em que os valores neoliberais são dominantes, também reabre a perspectiva de projetos autoritários, de qualquer matiz, que sejam capazes de iludir com soluções imediatas e cortantes.

A questão democrática, repito, é uma questão extremamente atual (“transformação da democracia fictícia em democracia efetiva”²⁵), que não pode ser tomada apenas como uma questão tática. Ou seja, como objetivo de uma ação política que é mediação para a instauração da ‘ditadura de classe’, cujo resultado está muito bem exposto nas seguintes declarações de Trotsky:

²⁵ LUKÁCS, Georg; ABENDROTH, Wolfgang. “Terceira conversa – Elementos para uma Política Científica”. In: *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra SA, 1969, p. 108: “*Voltemos ao aspecto principal da questão, isto é, ao fato de que se trata de lutar por uma democracia efetiva e não apenas por uma democracia fictícia. De fato, hoje, em todo o mundo, poderíamos dizer que reina uma democracia fictícia. Mesmo na época stalinista havia no papel um misterioso direito de voto e mais uma série de coisas. Hoje, uma palavra de ordem eficaz e um ponto de união de todas as forças deve ser a transformação da democracia fictícia, que existe em todos os lugares, em uma democracia efetiva.*”

“Os operários devem estar ligados a seu emprego, sujeitos a serem transferidos; é necessário dizer-lhes o que devem fazer...” “Antes de desaparecer, a coerção estatal atingirá, durante o período de transição, o seu mais alto grau de intensidade na organização do trabalho” (...) “Uma luta planificada, sistemática, constante e resoluta deve ser travada contra a deserção do trabalho, em particular publicando listas negras dos desertores do trabalho, formando batalhões penais compostos desses desertores e, finalmente, encerrando-os em campos de concentração.”²⁶

O ‘caminho único’, dominante até em alguns setores democrático-progressistas (o caminho imposto pelos ‘vencedores’) mostra que, não somente em relação às questões atinentes às liberdades públicas efetivas, mas também naquelas questões vinculados à liberdade de escolha para melhores perspectivas na vida privada, as promessas do iluminismo e do socialismo moderno estão cada vez mais distantes. Os impulsos que os indivíduos detém para buscar a felicidade pessoal tornam-se, progressivamente, sentimentos abstratos, que cotidianamente se desvelam em depressão, insegurança, raiva dos ‘bem sucedidos’, angústias indecifráveis pelo consumo não realizado, combinados com o sofrimento de milhões pelas carências materiais.

O que restou, então, para os vencedores? Criaram um mundo melhor? É este mundo do império, dirigido por Busch, da guerra de conquista? Do domínio do capital financeiro desmontando até as conquistas sociais-democratas? Do consumismo desenfreado e elitista? Da narco-criminalidade dominando grande parte dos recursos do mundo? Da exploração irracional dos recursos naturais? Do genocídio africano? Da concentração especulativa de renda? Da insensibilidade total dos ‘grandes’, perante a fome e a doença de milhões?

Esse é o mundo ‘democrático’, pós-muro de Berlim?

Seu fracasso não é menor do que o fracasso soviético. É maior, porque sua crise combina, de forma mais ‘científica’, a força coativa material do Estado subordinado ao capital financeiro com o con-

²⁶ In: BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.351.

senso manipulado das próprias vítimas. Seu fracasso é previsível, inclusive no que refere às possibilidades de sobrevivência da humanidade, num planeta dilapidado pela acumulação irracional combinada com a depredação calculada:

“Superar, com o atual modelo econômico, o problema do desemprego basear-se-ia em um incremento da produção e isso acabaria por destruir ainda mais rapidamente o planeta (...), para criar empregos fala-se que é preciso crescer acima de 3,5 % do PIB. ‘Um crescimento de 3,5 % anual durante 20 anos significa duplicar as cifras atuais do PIB mundial quando, já hoje em dia, a economia mundial utiliza, ou melhor vampiriza, cerca de 40 % da biomassa do planeta transformando-a em alimentos, combustíveis, têxteis, materiais de construção... O que significaria que em apenas 20 anos e sem que houvesse se gerado emprego líquido, uma só espécie, a humana, especialmente uma minoria dentro dela, estaria dilapidando 80 % da biomassa do planeta...”²⁷

A questão da igualdade, a da efetividade das conquistas sociais do século XX e a da própria sobrevivência planetária são, portanto, questões ‘combinadas’, extremamente atuais. Elas vinculam rejeição à barbárie e necessidade de um novo sistema regulatório, para que se inaugure uma nova fase histórico-universal, na qual finalmente sejam postas as condições de reprodução da existência de forma ‘conscientemente orientada’.

VI

No período atual de descrença na idéia do socialismo em escala global e de crise do Partido dos Trabalhadores, em função dos acontecimentos de 2005, o início da recomposição consciente do projeto socialista e da utopia democrática nele imbricada - a refundação teórica e política do partido democrático do socialismo moderno - é pressuposto para a ampliação da influência social e política de todos os grupos e organizações socialistas.

²⁷ VILLASANTE, Tomás R. *Redes e alternativas – estratégias e estilos criativos na complexidade social*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2002, pp. 72-73.

Caso este processo não se reabra, rapidamente, é provável que a nossa base mais politizada comece a se perguntar o que a levaria a aceitar ‘sacrifícios’, para reerguer o socialismo, se o seu maior partido pode se tornar apenas um partido do pragmatismo de governo, de um reformismo sem projeto, condição a que nós do PT fomos levados pela hegemonia da direção anterior?

Embora nem o governo Lula nem o PT tenham colocado a questão do socialismo na ‘ordem do dia’, é evidente que a falta de um horizonte mais claro sobre o governo, em função do bloqueio ‘oportuno’ da elaboração partidária, nos foi extremamente prejudicial. No horizonte governamental deveríamos vislumbrar pelo menos a recuperação de uma cultura republicana fortemente democrática (que deve ser prévia e concomitante à elaboração de um novo projeto socialista) e deveríamos ousar ‘adiantar’ normativas de uma nova ética pública (cuja ausência também estimulou a visão ‘materialista’ de que ‘os fins justificam os meios’).

A perda de referenciais também está determinada pela orientação burocrática e autoritária que foi impressa à relação ‘partido x governo’, inclusive na própria formação do governo. Esta orientação teve influência na própria conduta política do centro do governo, *a posteriori* e está marcada pelo fato de pouco avançarmos - apesar de esforços isolados - também na participação da sociedade civil no controle das políticas públicas e do orçamento público, ambos pressupostos de uma estratégia democrática renovada, verdadeiramente reformadora²⁸.

O documento conciliatório do nosso V Congresso, “Socialismo Petista”, é um documento de excelente qualidade. Mas deveria ter

²⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. “Introdução: para ampliar o cânone democrático”. In: *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Boaventura de Sousa Santos (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 553: “A cultura política da participação e da solidariedade é uma cultura de contracorrente nas sociedades em que domina o individualismo possessivo e mercantilista que o neoliberalismo tem levado ao paroxismo. Por isso, não é possível ficar satisfeito com a sua reiteração prática por intermédio das instituições de participação, uma vez que estas, em tal contexto, estão sempre sujeitas à perversão e à descaracterização. Para se manter e aprofundar, a cultura da participação e da solidariedade tem de se ver servida por um projeto pedagógico ambicioso que envolva o sistema educativo no seu todo, os serviços públicos, e sobretudo o terceiro setor que, apesar de ter assumido um papel cada vez mais importante na provisão das políticas públicas, têm utilizado o seu caráter privado para fugir ao controle público e recusar a instituição de mecanismos internos de participação”.

sido tomado como reabertura da discussão num novo nível e foi consagrado como documento que a encerrou de forma conciliatória. As visões tradicionais do marxismo e da social-democracia, dentro do Partido, com exceções, conciliaram com ele: a maior parte dos heterodoxos estava preocupada com questões imediatas de governabilidade de curto prazo e as visões mais ‘tradicionais’ de esquerda estavam ocupadas, em regra, em busca do controle político no Partido e depois no governo. No concreto aquele documento estimulou uma moratória consensual do debate, conveniência que permitiu -por um longo tempo- que cada grupo partidário ‘fosse levando’ a sua política, com referenciais socialistas (ou não), mas sempre incomunicáveis entre si. A vitória do pragmatismo dirigente no período recente, para quem esta discussão deixou de interessar, também tem muito a ver com este ‘arquivamento’ da discussão teórica. Ficou demonstrado também, neste período, que é possível ‘debater’ sobre este tema através de uma sucessão de ‘ajustes’, com premissas falsas, para não chegar a qualquer lugar. Como? Mantendo as emulações ideológicas sem definições estratégicas e sem a preocupação de produzir uma elaboração doutrinária dialeticamente construída. Por exemplo: discutir para ‘comprovar’ a superioridade de um socialismo (teórico) sobre os capitalismo (concretos) sem maiores definições estratégicas a partir do presente; elaborar ‘demonstrações’ que o domínio global do sistema capitalista está radicalizando os problemas da humanidade -ambientais, segurança mundial, pobreza, violência na suas diversas formas- fazendo-o de maneira puramente ‘constatativa’; alertar que as democracias, no império global, só avançam naquelas questões que não ameacem o poder das grandes corporações globais (casamento de homossexuais, direitos da mulher, “garantismo” jurídico para as dívidas públicas e grandes investimentos) sem considerar a magnitude e a importância da questão democrática, como fundamento estruturador de uma nova política democrática com valores socialistas, o que ainda permanece como a “Esfinge”²⁹.

²⁹ ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo – introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense SA, 1984, p. 93: “O problema dessa estratégia permanece ainda hoje, como há cinquenta anos, como a Esfinge a defrontar o marxismo no ocidente. É evidente que a liberdade da democracia

O essencial da discussão para uma certa parte da esquerda mais tradicional também pôde ser escondido pela via da ‘moratória autoritária’, a saber: partir da afirmação velada de que é necessário, num ‘socialismo verdadeiro’ - um ‘período de ditadura do proletariado’ - para que a democracia floresça mais tarde com mais viço e universalidade, e jamais colocar esta questão de maneira explícita. Se ficar estabelecida a falsa premissa de que a única forma de socialismo concebível como ‘verdadeira’ é esta que foi formulada no século passado - a partir da identificação de uma missão “ensejada pelo capitalismo para a classe operária”³⁰ - também a discussão do novo não avançará. Tornar-se-á impossível um debate produtivo, porque a premissa arbitrária já supõe que, quem não a aceita, nega uma afirmação que tem foros de “verdade científica”: a verdade que foi comprovada pelo crivo do marxismo-leninismo, aliás teoria assim batizada pelo próprio Stálin³¹.

Com esta fórmula, porém, já estamos perante uma proposta que embora tenha coerência formal já tem ‘testes’ históricos realizados e, inclusive, parâmetros alternativos -como a social-democracia- para que possamos estabelecer comparativos qualitativos e quantitativos. Através destes comparativos é possível aferir se este tipo

capitalista, magra mas real com sua cédula e carta de direitos, só pode ceder à força de uma liberdade qualitativamente maior da democracia socialista, exercida sobre o trabalho e a riqueza, a economia e a família, bem como sobre a sociedade organizada. Mas, como dominar as estruturas flexíveis e duráveis do Estado burguês, infinitamente elásticas ao se ajustarem a acordos sobre os quais ele imediatamente repousa, e infinitamente rígidas em preservarem a coerção da qual ele depende finalmente? Que bloco de forças sociais pode ser mobilizado, por que meios, sempre se encarregando dos riscos de desconectar o ciclo da acumulação de capital nas nossas economias de mercado intrinsecamente integradas? São questões que nos lembram constantemente que o problema da estrutura e do sujeito - estruturas do poder econômico e político cooperativo, sujeitos de alguma insurgência calculável contra elas - é um problema não apenas para a teoria crítica, mas também para a mais concreta de todas as práticas”.

³⁰ O fundamento ‘ontológico’ desta visão está exposto nesta fórmula metafísica de Marx: “O que conta não é aquilo que este ou aquele proletário, ou mesmo todo o proletariado, se representam temporariamente como fim. O que conta é aquilo que o proletariado é e aquilo que ele será forçado historicamente a fazer em conformidade com este seu ser”. In: HELLER, Agnes. “A herança da ética marxiana”. In: História do Marxismo. Eric Hobsbawm (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 12, 1989, pp. 116/117.

³¹ GORENDER, Jacob. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999, p. 74: “Capitulação, traição - esta a explicação mais contraditória na literatura marxista. Uma explicação aceitável como descrição do comportamento dos partidos social-democratas e de suas lideranças, porém inaceitável precisamente como explicação”. (Eram acusações feitas pelos marxistas dogmáticos contra quem não aceitava o socialismo da URSS como socialismo ‘verdadeiro’.)

de socialismo poderia ser regenerado ou se os seus ‘desvios’ poderiam ser corrigidos. Acredito que ambas as empreitadas são impossíveis.

As afirmações de que ‘não há contradição’ entre socialismo e democracia, porque ‘democracia só existe com socialismo’ ou, ainda, que ‘não existe socialismo sem democracia’ são totalmente falsas. Não é verdade que não exista democracia sem socialismo. Nem é verdade que o socialismo só pode existir com democracia. Muitos países são democráticos e inclusive derrotaram os ideais socialistas por métodos democráticos. Todos os países que fizeram experiências socialistas (mais além da social-democracia), ou são não-democráticos ou são totalitários. O ‘cientificismo’ de tais afirmativas é mera escolástica.

VII

Ainda estamos por constituir um sistema categorial adequado³² ao presente histórico, já que aquele originário - por exemplo - da IIIª Internacional não tem mais vitalidade. As categorias históricas não são eternas, são mutáveis e reciprocamente condicionadas. Embora, evidentemente, ninguém tenha uma proposição acabada para um ‘socialismo democrático’, que possa ser fundamentada com rigor (Marx sequer tentou uma elaboração sistêmica), quero defender que o socialismo do século XX, tanto na sua versão ‘social-democrata’ como na ‘burocrático-estatal’ - independentemente dos seus méritos e deméritos - não têm a menor possibilidade de tornara-se vencedores no século atual.

O socialismo apresentado como ‘marxista-leninista’, ou o socialismo ‘social-democrata’, baseados, ambos, na força política e importância econômica do proletariado (genericamente o mundo do trabalho do século XX) não tem mais condições de ser regenerado. A sociedade de classes, que lhes deu origem, está profundamente

³² LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Lisboa: Publicações Escorpão, 1974, p. 249: “O marxismo vulgar desprezou por completo esta diferença. O uso que fez do materialismo histórico incorreu no erro apontado por Marx à economia vulgar: tomou categorias puramente históricas, categorias da sociedade capitalista por categorias eternas.”

modificada e aqueles projetos socialistas não têm mais ‘sujeitos’ sociais capazes de lhes dar sustentação.

Seja sustentação para uma revolução que ‘quebre o Estado’ (quebrando também as conquistas jurídicas plebéias que ele incorpora), seja a sustentação para moldar um contrato social-democrata clássico (produto de uma situação histórica específica do capitalismo), que foi marcado pela conciliação contratual entre burguesia industrial e os operários organizados na grande fábrica moderna. (Este contrato, se repetido nos dias de hoje, inclusive não teria condições de dar conta da massa gigantesca de excluídos, especialmente nos países de 2º e 3º grupo na hierarquia do capitalismo global.)³³

Há um outro motivo, este de fundo teórico, para que apostemos na reinvenção e não na recuperação do velho socialismo. O marxismo mantém o seu vigor em pontos fundamentais da análise e da crítica do capitalismo e permanece sendo um referencial filosófico básico para a compressão do capitalismo e da modernidade e para ‘mudar o mundo’. É preciso notar, contudo, que alguns dos pontos de apoio fundamentais da teoria marxista foram dissolvidos ou diluídos. Para não falar da sua visão, historicamente alienada, da ‘religião como ópio do povo’, lembremo-nos de alguns alicerces da elaboração de Marx, a respeito do futuro do capitalismo, fundamentais para a estratégia política do ‘socialismo proletário’.

Refiro-me à não realizada ‘proletarização crescente’ da sociedade; à impropriedade da previsão marxiana de que o desenvolvimento das forças produtivas estimularia a revolução nos países capitalistas mais avançados; à superação gradativa de condições históricas que unificariam os trabalhadores numa ação internacional de caráter antiburguês e revolucionário. Ao contrário: o que ocorreu foi o aumento do número de trabalhadores, mas principalmente naquelas atividades sem qualquer tipicidade proletária; as revoluções vingaram nos países mais atrasados e ali fracassaram; os interesses dos trabalhadores, no plano internacional (principalmente no que re-

³³ Lafontaine, social-democrata de esquerda alemão, que rompeu com o SPD, reconhece esta dificuldade mesmo para os países “ricos”. (*El corazón late a la izquierda*. Barcelona: ed. Paidós Ibérica SA. 2000).

fere aos trabalhadores do ‘primeiro mundo’ em relação aos demais) são cada vez mais conflitivos.

Trotsky já advertira a respeito de uma situação totalmente nova e fora dos cânones até então desenhados pelo marxismo soviético, que poderia se abrir depois da Segunda Guerra Mundial. Eminentemente dirigentes políticos, estudiosos e intelectuais marxistas e não-marxistas vêm trabalhando há muito sobre o tema, sem maiores acolhimentos pelo marxismo sonolento de setores ainda importantes da esquerda. Trotsky, porém, num daqueles lampejos geniais que às vezes lhe caracterizava, já apontava para a necessidade de ‘revisão’ das forças motrizes da revolução, “se, contra todas as probabilidades, a Revolução de Outubro, durante a guerra atual ou logo depois, não conseguir se estender a algum país avançado...”³⁴, o que, como se sabe, efetivamente não ocorreu.

O ‘socialismo proletário’, porém, não legou para a democracia e para o futuro da humanidade somente erros e tragédias. Ele integra, como a própria revolução burguesa, com as suas barbáries coloniais e imperiais, um processo civilizatório pós-medieval cujo desfecho ainda não está definido. Só o bem inestimável da derrota do nazismo, cuja principal responsabilidade é atribuível ao Estado Soviético, que é produto de uma revolução, já é um legado extraordinário para o futuro comum dos seres humanos sobre o planeta terra, se é que um futuro conquistaremos.

VIII

Quero fundamentar, ao final, que é possível e necessário conciliar democracia e socialismo. Bem como são possíveis ‘taxas’ maiores

³⁴ SALVADORI, Massimo L. (cit. por). “A Crítica Marxista ao Stalinismo”. In: *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, vol. 7, p. 320-321: “A segunda guerra imperialista coloca as tarefas não resolvidas em nível histórico mais elevado. A guerra é uma nova prova não apenas da estabilidade dos regimes existentes, mas também da capacidade do proletariado de substituí-los. Os resultados dessa prova terão indubitavelmente um ‘significado decisivo’ para a nossa avaliação da época moderna como a época da revolução proletária. Se, contra todas as probabilidades, a Revolução de Outubro, durante a guerra atual ou logo depois, não conseguir se estender a algum país avançado; e se, ao contrário, o proletariado for obrigado a recuar em todas as frentes, então teremos indubitavelmente de colocar a questão da revisão de nossa concepção da época atual e das forças motrizes dessa época”. (O texto é integralmente de Trotsky.)

ou menores de democracia em sociedades capitalistas, sejam elas mais ‘avançadas’ ou mais ‘atrasadas’. Caso não seja possível - porém - combinar um projeto de revolução democrática com a retomada, mesmo no longo curso, de um sentimento majoritário alicerçado na utopia da igualdade social - consolidada pela idéia do socialismo moderno - os movimentos e partidos socialistas perderão totalmente a sua importância histórica e os aspectos mais conservadores e autoritários também contidos na democracia sob o capitalismo poderão firmar-se e crescer.

No médio prazo as bandeiras da igualdade e da emancipação poderão ser falsamente retomadas por outras mãos e por novos caminhos. Talvez por algo que se aproxime dos novos projetos politizadas de ‘eugenia social’, que vem com mais força dentro da pós-modernidade: as utopias ‘negativas’³⁵, aquelas que partem do pressuposto de que a ausência de um espírito nacional, a desigualdade e a violência, decorrem da ‘natureza humana’, que é diferenciável entre raças, etnias ou classes sociais.

É possível também um certo tipo de socialismo sem ancoragem num regime político democrático. Uma ditadura do aparato estatal-partidário poderá combinar um socialismo igualitário e atrasado com formas de ‘engenharia política’ que sonquem a liberdade, inclusive para as classes trabalhadoras, o que de resto não é uma novidade.

A ‘estatização da sociedade’ através da extinção da vida plural da sociedade civil e o processo de monopolização da ação política ‘legal’ pelos agentes do Estado, pode fazer avançar rapidamente a igualdade social na pobreza, para a maioria, conformando um certo tipo

³⁵ ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo – introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 94: “Seus sinais estão à nossa volta, penso eu - suas sínteses variadas talvez nos esperem logo no horizonte. Tradicionalmente, e especialmente nas culturas anglo-americanas, a ênfase sobre os determinantes biológicos das realidades sociais sempre se associou à direita. Essa linhagem foi novamente reforçada com o advento da chamada sociobiologia - ela mesma derivada da disciplina, relativamente recente, da etologia, cada uma delas, por sua vez, alinhando-se num duradouro behaviorismo precedente. O teor ideológico dessa tradição sempre foi uma concepção reacionária da natureza humana, entendida como nexos fisiológicos permanentemente restringindo estreitamente toda escolha social possível. A natureza em questão é invariavelmente agressiva e, ao mesmo tempo, conservadora, individualista mas inerte - uma permanente advertência contra experiências radicais e transformações revolucionárias”.

de regime socialista. Mas também reforçará minorias privilegiadas que se constituirão - como já ocorreu - como uma bomba de retardado para mais tarde implodir aquele edifício social.

Não há nenhuma relação necessário ou mecânica, entre as formas políticas pelas quais o Estado mantém o monopólio da violência e a centralidade da produção do Direito, de um lado, e, de outro, a forma através da qual ele organiza a produção e a distribuição da riqueza produzida.

Se um socialismo de carência poderá ser reerguido com mais 'eficiência', ou não, com um mínimo ou um máximo de coerção, é outro problema. O projeto socialista pode ser autoritário ou totalitário e pode também travestir-se, para apresentar-se portando novas formas de controle social e motivações ideológicas anti-humanistas. A democracia também pode manter a injustiça social, desde que ela consiga construir mecanismos que 'naturalizem' ou 'legitimem' a dominação, a partir da aceitação livre ou manipulada dos próprios dominados.

O partido moderno do socialismo democrático será aquele que conseguir, neste novo período histórico, propor e construir políticas públicas, instituições, formas de organização econômica, e um novo direito público, no qual a legitimação do poder dependa, crescentemente, das condições que o poder gere para a redução crescente das desigualdades, para o respeito e a afirmação das diferenças, para a redução dos níveis de alienação, a redução radical da violência e da idiotização consumista.

A integração, complementaridade e recíproca determinação entre democracia e socialismo só ocorrerá se for 'conscientemente orientada'. Elas devem ser pensadas 'de fora' e 'de dentro' dos movimentos sociais, operário-sindicais, pelos setores mais modernos e recentes do mundo do trabalho e por todas as pessoas que aceitem lutar pela emancipação, na defesa de políticas de igualdade e de reconhecimento de diferenças. Esta integração também deve ser pensada a partir dos movimentos democráticos da sociedade que lutam para preservar e obter dignificação cultural, étnica, sexual, sem nenhum referencial 'classista'.

De todas estas lutas democráticas ‘conscientemente orientadas’, à medida que elas se opuserem à barbárie neoliberal, devem emergir propostas aplicáveis a curto, médio e longo prazo, específicas e totalizantes, que consigam refazer os laços ideológicos de solidariedade social entre os oprimidos e explorados: aquela ampla maioria que, *por ser excluída*, é obrigada a desenvolver políticas subversivas de “inclusão” (que só podem ser adotadas pelo Estado se ele se libera da tutela escravagista do capital financeiro global), acordada com aqueles que, *embora não excluídos*, querem e tem o direito de ter uma vida pacífica, mais segura e mais plena de sentido (e que para obter este resultado sabem que é preciso eliminar as fontes que reiteram e ampliam a miséria e a violência).

Não é impossível que, nas atuais condições de niilismo, individualismo possessivo e pessimismo, surjam alternativas, mediata ou imediatamente de caráter totalitário, com fundamentos populistas, com presumíveis ‘saídas’ rápidas e salvacionistas para a crise da esquerda. Devemos nos prevenir contra esta possibilidade, pois qualquer totalitarismo ou autoritarismo, por mais verniz social ou ‘socialista’ que ele tenha, é sempre, ou se tornará regressivo e direitista.

Repito, não há nenhuma relação ‘necessária’ ou de complementariedade mecânica, entre as formas institucionais e as condições políticas, através das quais o Estado detém o monopólio da violência e da produção do Direito, de um lado, e a organização da produção e da distribuição da riqueza produzida, de outro. Esta relação, os homens as constroem -conscientemente- ou aceitam as desigualdades produzidas pelo que pode ser o eterno ‘sóciometabolismo’ do capital, até a provável extinção da humanidade.

O socialismo nem sempre é democrático. O capitalismo nem sempre é ditatorial ou autoritário. Mas, o socialismo que pode permanecer é aquele que for construído com democracia, para alargá-la até as suas melhores possibilidades, as quais ainda não se sabe claramente quais são. ■